

POVOAMENTO ROMANO NA VERTENTE NOROESTE DA SERRA DA ESTRELA

ANTÓNIO MARQUES

1. A organização Administrativa do Território

O presente artigo incide no estudo da Bacia de Celorico em período romano¹. A região, localizada na vertente noroeste da Serra da Estrela é caracterizada por possuir uma geomorfologia muito própria, que a diferencia de outras áreas confinantes, nomeadamente da região montanhosa (Serra da Estrela) e da área de Planalto (Meseta Ibérica).

A pacificação desta área geográfica sob jurisdição romana apenas terá ocorrido em meados do século I a.C., após as investidas militares de Júlio Cesar contra os Montes Hermínios e no final da guerra civil que opôs Júlio Cesar e Pompeu [Alarcão, 1990: 349 e 350]. Consolidado o domínio territorial, os romanos deram então início a um reordenamento territorial que teve por base a aculturação dos povos que aqui habitavam, procurando respeitar realidades sociopolíticas já existentes. Nesta região, entre os rios Tejo e Douro, habitariam vários povos como os *Igaeditani*, *Tapori*, *Colarni*, *Lancienses*, *Meidubrigenses*, *Aravi*, *Arabrigenses*, designados pelos romanos de *Lusitani* (*Idem*, 1990: 354)². Após o domínio absoluto da Hispânia, em 19 a.C, a administração romana dará início a profundas reformas administrativas e territoriais e no período compreendido entre 15 e 13 a.C. a Hispânia é dividida em três províncias: a *Tarraconences*, a *Baetica* e a *Lusitania*. A área agora objeto de estudo integrar-se-ia na Província Romana da Lusitânia, cuja capital provincial era *Emerita Augusta*.

1 O presente texto procura refletir o resultado da investigação arqueológica desenvolvida no âmbito do mestrado em Arqueologia e Território Marques, António (2011) – *A Ocupação Romana na Bacia de Celorico*, FLUC, Coimbra.

2 Alguns destes povos, que constituiriam a grande família étnica dos *Lusitani*, encontram-se registados numa inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760), datada dos inícios do século II d.C. Alguns destes povos, que constituiriam a grande família étnica dos *Lusitani*, encontram-se registados numa inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760), datada dos inícios do século II d.C.

A reestruturação territorial iniciada em finais do século I a.C., sob governo do Imperador Octávio Augusto, teve continuidade durante os inícios século I d.C., mediante reformas elaboradas no interior de cada província, com a criação das *civitates*, unidades político-administrativas, certamente traçadas tendo em atenção as pré-existências étnico-culturais existentes. A *civitas*, enquanto centro administrativo por excelência, era a entidade representante do poder romano em determinado território, visando a sua administração, segundo os preceitos ideológicos, na esfera administrativa, jurídica, económica e, paulatinamente, também na área religiosa do Império Romano.

O conhecimento e caracterização das capitais de *civitates* na província da Lusitânia romana, nomeadamente na área da Beira Interior, são questões ainda em aberto. Apesar de ser praticamente unânime entre os investigadores que as capitais de *civitates* existentes na região da Beira Interior se encontram representadas na totalidade (ou quase na sua íntegra) na inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760), continuam a existir uma série de questões em aberto: saber se estas são fundações *ex-nihilo* ou assentaram sobre povoados pré-existentes.

Na Beira Interior só se conhece a exata localização de algumas destas capitais de *civitates*, referenciadas na inscrição da Ponte de Alcântara. Uma dessas capitais é a *civitas Aravorum*, identificada através de uma inscrição no sítio da Devessa (Marialva - Mêda). As restantes capitais desconhece-se a sua localização exata.

Relativamente a esta questão é importante referir que para além da *civitas Aravorum*, conhece-se a localização exata de dois outros locais que foram igualmente capitais de *civitas* na Beira Interior, locais que correspondem às atuais povoações de Bobadela (Oliveira do Hospital) e Viseu. No que se refere à atual aldeia de Bobadela, os testemunhos dessa ocupação romana são inúmeros, desde simples elementos arquitetónicos como colunas e capiteis, à existência de um anfiteatro. Contudo, é a existência de duas inscrições que atestam a existência de uma *civitas* neste local, uma com a referência de *splendidissima civitas* (CIL II 397), outra que faz referência ao *Genio municipii* (CIL II 401) [ALARCÃO, 1988:46-47]. Quanto a cidade atual de Viseu, os vestígios arqueológicos descobertos nos últimos anos, nomeadamente epigráficos, e parte de um troço da muralha do Baixo-Imperio, atestam igualmente a capitalidade deste local em período romano, cujo nome seria *Vissaium* conforme documentado através do achado recente de uma inscrição votiva.

Um dos maiores entraves para a identificação destas capitais foi sempre o carácter iminentemente urbano associado a estas fundações romanas. Contudo, esta ideia para as capitais da Beira Interior encontra-se em revisão, na continuidade do que diversos autores têm defendido para outras áreas da Hispânia Romana. Também Manuel Sabino Perestrelo [2003] e Pedro Carvalho [2007a] defendem que as capitais de *civitates* da Beira Interior, salvo raras exceções, não terão obedecido a um programa construtivo que envolva grande aparato arquitetónico e monumental. Manuel Sabino Perestrelo [2003:136] refere ainda

que as *civitates* desta região, no que concerne à sua extensão territorial, seriam de dimensão diminuta quando comparadas com as *civitates* do Sul da província da Lusitânia, talvez com a exceção da *civitas Igaeditanorum*.

O processo de “romanização” da vertente noroeste da Serra da Estrela na Bacia de Celorico ter-se-á desenvolvido a partir das últimas décadas do século I a.C., inícios do século I d.C. Aparentemente, todo este território parece ter estado à margem do processo de efetiva romanização até meados do século I a.C. Só após este período terá ganho importância estratégica, tendo a administração romana decidido encetar campanhas militares na região³. A este propósito, e tomando as considerações feitas por Pedro Carvalho [2008: 75], relativamente a um território próximo (Planalto), este autor considerou como bastante plausível a sua integração numa *civitas*, na última fase do reinado de Augusto, mais concretamente por volta dos anos 5 ou 6 d.C.⁴.

2. A Bacia de Celorico como entidade administrativa

Relativamente à área da Bacia de Celorico, é bastante plausível que a integração deste território numa *civitas* tenha ocorrido igualmente durante este período. Todavia, com a questão cronológica, surge outra que lhe anda associada: qual a capital de *Civitas* que detinha a jurisdição sobre esta área?

Jorge de Alarcão considerou que este território, localizado nas proximidades da Serra da Estrela, pertenceria à zona periférica oriental da *civitas* dos *Interamnienses* (Viseu). A área montanhosa por sua vez, seria uma zona desértica, não atribuída a qualquer *civitas* [ALARCÃO, 1990: 367]. Anteriormente, Jorge de Alarcão [1988a:145] havia considerado esta área da Bacia de Celorico como região de fronteira entre diversas *civitates* (*Interamnienses, Aravi, Lanciencienses Transcudani*). Já Manuel Sabino Perestrelo (2003: 137) posteriormente, considerou, que o território da *civitas Aravorum* nunca terá abarcado a Bacia de Celorico⁵. Pedro Carvalho (2009: 35), ao abordar recentemente a problemática das fronteiras entre *civitates*, considerou para a área da Bacia de Celorico, a hipótese

3 A este propósito é de salientar o ataque do propretor da *Uterior, Q. Cassio Longino*, em 48 a.C., à capital dos *Meidubrigenses* (localizada provavelmente na atual área de Numão, cf ALARCÃO, 2005b).

4 Pedro Carvalho sobre este tema escreveu recentemente um artigo a publicar no âmbito das actas do V Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes Alto Douro e Beira Interior com o título: Pela Beira Interior no século I d.C. – Das capitais de *civitates* aos *vici*, entre o Pónsul e a Estrela, onde se refere directamente a esta questão dizendo o seguinte: Assim sendo, cidade e território, enquanto componentes fundamentais de uma *civitas* (*res publica, territorium e populus*), serão resultado de um mesmo programa, i.e., terão sido concebidos e concretizados em simultâneo. Desta forma, os anos 4 a 6 d.C. marcarão um momento decisivo no processo de plena integração da *Civitas Igaeditanorum* no quadro da organização política do Império. Tal como serão também tempos decisivos para outros territórios mais setentrionais da Lusitânia, como é sugerido por alguns *termini* (datados de 5 a 6 d.C.) encontrados tanto mais a norte, noutra zona das Beiras, como para nordeste, na área de Salamanca (Le Roux, 1994: 48-49).

5 Manuel Sabino Perestrelo relativamente ao limite Sul do território da *civitas Aravorum* refere o seguinte: Contudo, parece-nos que a Bacia de Celorico é uma região geomorfológica distinta do planalto de Marialva e de Trancoso. É possível que a Serra da Broca, no limite sul do atual concelho de Trancoso, pudesse ter constituído um limite natural que separava os *Aravi* de outra *civitas* que ocupava a Bacia de Celorico.

deste território pertencer na íntegra à *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, afastando a hipótese deste território pertencer a mais alguma *civitas*, nomeadamente à *civitas* dos *Tapori* (Bobadela?) e à *civitas* dos *Interamnienses* (Viseu?), por estas se centrarem em zonas consideravelmente afastadas da Bacia de Celorico. Este autor coloca ainda a hipótese das particularidades geomorfológicas da Bacia de Celorico permitirem pensar que esta área singular da Beira Interior pudesse albergar uma outra *civitas* ainda que esta não seja mencionada em qualquer fonte clássica, literária ou epigráfica⁶.

Assim, aparentemente, esta área pertenceria à *civitas* dos *Lanciensis Transcudani*, dada a sua maior proximidade geográfica, pois todas as outras capitais de *civitates* conhecidas na região, e cuja localização geográfica não deixa qualquer tipo de dúvida, situam-se bastantes afastadas deste território⁷. Esta atribuição também parte do pressuposto de que a sede dos *Lanciensis Transcudani* se situaria na Póvoa do Mileu (Guarda). No entanto, e apesar das últimas investigações realizadas na região (CARVALHO: 2007a; GUERRA: 2007) o sugerirem, esta atribuição não é por agora perentória, já que, até ao momento, ainda não surgiram provas inequívocas⁸ deste lugar ter correspondido, no passado, à capital dos *Lanciensis Transcudani*. Contudo, segundo investigações recentes, nos últimos anos, fruto das escavações arqueológicas dirigidas pelo arqueólogo Vítor Pereira, têm surgido importantes materiais arqueológicos que parecem testemunhar a importância do local e a sua aparente capitalidade em período romano⁹.

A realização de uma abordagem sobre o povoamento romano na região da Bacia de Celorico pressupõe o estudo de uma realidade histórica concreta que se desenvolveu num contexto geo-ambiental específico e que foi sendo transformada pela ação antrópica em comunidade ou individualmente. Deste modo, começamos por procurar no terreno os vestígios dessas ações, aplicando depois a essa realidade as considerações feitas por outros investigadores, como Jorge de Alarcão [1998b], posteriormente revistos e adaptados por Pedro Carvalho [2004: 121-140; 2007]. O resultado desta conjugação de dados traduziu-

6 A este propósito tomamos o exemplo da *civitas Cobelcorum*, capital da qual se desconhecia por completo a sua existência. Apesar de Jorge Alarcão ter apontado antes para a possibilidade da existência de uma capital de *Civitas* neste território até à descoberta de uma inscrição em Torre de Almofala, que prova a sua existência (ALARCÃO, 1988:44).

7 Referimo-nos à *civitas Aravorum*, localizada para norte deste território e única com localização exacta (Devesa/Marialva), a provável *civitas Vissaium* (Viseu) a oeste e a *splendissima civitas* dos *Elbocori* (Bobadela/Oliveira do Hospital) à luz das últimas teorias dos *Tapori*, localizada a Sul.

8 Quando nos referimos a provas inequívocas, estamos a pensar na existência de epigrafia que possa testemunhar o estatuto do aglomerado populacional e/ou contenha a referência étnica da população que ali habitou. Na região existem dois casos onde o aparecimento da epigrafia ajudou a localizar duas capitais de *Civitas*: uma é a capital dos *Aravi*, cuja localização é em torno da aldeia de Marialva, a outra é a capital dos Cobelcos (*Civitas Cobelcorum*), localizada nas proximidades da aldeia de Almofala (Figueira Castelo Rodrigo). Se na primeira o surgimento de uma epígrafe com uma dedicatória ao Imperador Adriano pela *Civitas Aravorum*, veio ajudar a localizar esta capital da qual se conhecia a existência, devido à referência existente na inscrição da Ponte de Alcântara, no caso da capital dos Cobelcos desconhecia-se por completo a existência de uma *Civitas Cobelcorum*.

9 Apesar de o autor não fazer qualquer tipo de referência quanto ao “estatuto” do sítio arqueológico do Mileu (Guarda), através da sua tese de mestrado intitulada “*Terra Sigillata* em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu”, Vítor Pereira demonstra a importância e atividade económica deste local durante o período romano, através do estudo das formas e produções de *terra sigillata* encontrada no Mileu, que, juntamente com outros materiais arqueológicos associados às ruínas de antigos edifícios de época romana, deixam pelo menos supor tratar-se de um centro com alguma importância.

-se, num primeiro nível de análise, no estabelecimento de um quadro tipológico de sítios romanos que vão desde o povoamento agrupado (aglomerados populacionais) ao disperso (i.e., às *villae*, granjas e casais).

No topo da estratificação do povoamento agrupado em época romana encontra-se a cidade, enquanto capital de *civitas* – tipo de aglomerado populacional, contudo, desconhecido (até ao momento) na Bacia de Celorico [ALARCÃO, 1998c: 175-180]. Esse desconhecimento, porém, não significa que uma capital de *civitas* não tenha existido nesta área, i.e., não se pode afastar liminarmente a possibilidade, como veremos adiante, da depressão tectónica correspondente à Bacia de Celorico poder ter correspondido em época romana a um território político e administrativo autónomo das demais capitais de *civitates* já conhecidas na Beira Interior / interior norte da Lusitânia.

Esta unidade geomorfológica é de tal forma extensa e está de tal modo afastada das capitais de *civitates* conhecidas da região, que esta hipótese, desde logo, nos parece plausível. Por sua vez, a alteração do paradigma no que concerne ao entendimento que se pode fazer de uma “cidade capital de *civitas*” para algumas áreas do Império Romano, nomeadamente para o interior norte da província da Lusitânia, pode levar-nos a admitir a existência de uma capital de *civitas* na Bacia de Celorico, ainda que esta – a ter existido – nunca tenha assumido o desenvolvimento urbano e aparato arquitetónico que noutras regiões as capitais assumiram de forma expressiva¹⁰.

3. A rede de povoamento romano da Bacia de Celorico

A hipótese da Bacia de Celorico ter correspondido *grosso modo* a uma *civitas* foi colocada pela primeira vez por Manuel Sabino Perestrelo [2003], baseando-se para isso, nos supostos limites territoriais (*finis* ou *linea confinalis*) que traçou para cada uma das *civitates* já conhecidas na região. Mais recentemente, Pedro Carvalho (2005:155-169; 2007a), ao efetuar diversas considerações sobre certas áreas da Beira Interior e perante as características que algumas cidades romanas desta região poderiam apresentar, reequaciona algumas das classificações habitualmente atribuídas a certos sítios romanos. Na Bacia de Celorico faz referência a dois sítios: Açores e S. Gens, questionando se estes – também pela posição geoestratégica que ocupam – não teriam desempenhado um importante papel em termos de centralidade política e administrativa [CARVALHO, 2007a: 355 e 385; 2009a: 35]. Perante os argumentos invocados, também nós assumimos esta hipótese de uma *civitas*

10 Aceitamos assim como viáveis as considerações feitas por alguns autores, como Manuel Sabino Perestrelo (2003) e Pedro Carvalho (2005 e 2007a): para estes investigadores o modelo de capital de *civitas* predominante os quais na Beira Interior corresponderia a um aglomerado populacional de urbanismo incipiente e de reduzidas dimensões, onde se concentravam as funções administrativa, fiscal e religiosa, reunidas no edifício público que as representava – o fórum. A título de exemplo fazem referência à capital dos *Cobelcos* (Torre de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), à realidade arqueológica que na atualidade se observa e à realidade construtiva que existiria no passado.

na Bacia de Celorico como possível, ao mesmo tempo que sublinhamos a necessidade em se repensar a realidade urbana que apresentariam alguns dos centros de poder político e administrativo romano do interior norte da Lusitânia. A fundamentação para a defesa de tal proposta reside, em nosso entender, em dois vetores principais: 1.º na localização geográfica da Bacia de Celorico em relação às demais *civitates* conhecidas da região; 2.º na forma como se estrutura o povoamento romano na Bacia de Celorico.

O posicionamento geográfico da Bacia de Celorico no quadro da geografia política romana foi já analisado por Manuel Sabino Perestrelo e por Pedro Carvalho. Concordamos, em primeiro lugar, com as propostas de Manuel Sabino Perestrelo para os limites territoriais entre *civitates*, nomeadamente quando refere que, muito provavelmente, os desníveis orográficos das serras da Broca e Pisco corresponderiam ao limite sul da *Civitas Aravorvm* (Marialva/Mêda). O final abrupto que marca o termo deste planalto, assinala também o extremo norte da Bacia de Celorico, e é nesta faixa onde encontramos uma importante mancha de povoamento romano, na qual se distingue a estação arqueológica dos Vilares. Face à sua dimensão e presumível importância administrativa – poderá corresponder a um tipo de povoamento agrupado tipo *vicus*¹¹ implantado nos limites territoriais de uma *civitas*¹², o sítio localiza-se numa zona de fronteira entre *civitates*, mas talvez já fora do quadro jurisdicional da *civitas* dos *Aravi*. A ser assim, tratar-se-ia de um aglomerado populacional adstrito a uma outra *civitas*, situada mais a Sul, coincidindo em termos genéricos com a área da Bacia de Celorico. Afastada da respetiva capital e, também por isso, proporcionava assim bens e serviços à população dessa zona – população que vivia mais distante dessa outra alegada capital.

Ainda a propósito destas questões em torno da geografia política antiga desta região, Pedro Carvalho [2009a: 35] considera como pouco provável a continuidade para norte da *civitas* (talvez a dos *Tapori*) com capital em Bobadela (Oliveira do Hospital), por forma a abranger a Bacia de Celorico, tal como não considera credível a extensão do *territorium* dos *Interamnienses* (sediados possivelmente em Viseu) para esta zona. Porém, considera já mais provável a hipótese deste território pertencer aos *Lancienses Transcudani* (sediados, possivelmente, na Póvoa do Mileu, Guarda), face a uma maior proximidade geográfica, ainda que defenda também a possibilidade da Bacia de Celorico poder ter correspondido a uma entidade político-administrativa romana autónoma e, até ao momento, desconhecida.

11 A classificação tipológica de Vilares como um *vicus* foi já avançada por Manuel Sabino Perestrelo (2003: 93 e 94), com base sobretudo nos materiais identificados e na sua área de dispersão.

12 A propósito da localização preferencial dos “*vici*” no limite entre os “*territoria*” das “*civitates*” e junto à passagem ou ao entroncamento de vias imperiais, cf. “A caminho do Douro na época romana. Da capital da *ciuitas Igaeditanorum* aos *territoria* dos *Lancienses*, *Aravi*, *Meidubrigenses* e *Cobelci*”, Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero (Eds. N. CUBAS MARTÍN, D. HIDLGO RODRÍGUEZ y M. SALINAS DE FRÍAS), *Aquilafuente*, 171, Ed. Universidad de Salamanca, 2010, p. 125-138.

Na nossa perspetiva, os limites administrativos sugeridos por Pedro Carvalho para as diversas *civitates* conhecidas na região, bem como a hipótese da Bacia de Celorico ter correspondido a um território politicamente autónomo, constituem propostas verosímeis. Parece-nos igualmente bastante plausível poder pensar que os limites administrativos dessas *civitates* seguissem muito de perto alguns dos elementos naturais mais relevantes das imediações da Bacia de Celorico, sobretudo os rios e as serras. Assim sendo, e não obstante a maior proximidade geográfica da capital dos *Lancienses Transcudani* com a área em estudo, é provável que o seu *territorium* se desenvolvesse sobretudo para nascente, orientando-se preferencialmente de acordo com o prolongamento da Meseta, ficando o território para poente (Bacia de Celorico) entregue a uma outra entidade político-administrativa, uma vez que se trata – segundo a leitura que também fazemos desta paisagem – de uma área geomorfológica completamente distinta.

Outro dado importante, e que em nosso entender pode contribuir para validar a hipótese de ter existido em época romana um poder autónomo na Bacia de Celorico, reside na análise e estudo da tipologia do povoamento romano fixado neste espaço. O estudo do território demonstrou-nos a existência de diversos locais que terão correspondido a aglomerados populacionais. Se a existência de povoados comunitários do tipo *aldeia* e *vicus* parecem ter feito parte integrante do povoamento romano da Bacia de Celorico, situação idêntica a outras regiões da Beira Interior¹³, a existência e a densidade destes locais numa área geográfica compreendida entre os 500 a 600 Km² pode testemunhar a presença de uma entidade urbana ainda desconhecida.

Assim, a presença de uma capital de *civitas* na região poderia contribuir para uma certa uniformização do povoamento romano e explicar, de certo modo, a existência de vários aglomerados que aparentam ser povoados secundários.

3.1 Núcleos urbanos

A discussão em torno desta questão não passa de uma proposta de investigação que, no futuro, pode vir a ser confirmada através do achado fortuito de algum testemunho epigráfico esclarecedor e explícito sobre o nome e a localização exata dessa entidade ou, então, através da descoberta de vestígios de construções com alguma monumentalidade num determinado local. Na realidade, perante os povoados conhecidos na região, para esta suposta “capitalidade” surge a hipótese de três ou quatro locais: Aldeia Nova (Aldeia Viçosa/Guarda), Açores (Celorico da Beira), S. Gens (Celorico da Beira) e Vilares (Tran-

13 A estruturação do povoamento romano da Bacia de Celorico parece ser análoga à de algumas regiões vizinhas, como a Cova da Beira e a da *Civitas Cobelcorum*, onde a rede de povoamento romano ao nível dos povoados comunitários parece ter-se estruturado em aldeias e *vicus*. Contudo, esta estruturação do povoamento romano não foi idêntica em regiões vizinhas como na Bacia do rio Côa (PERESTRELO, 2003:140) ou na *civitas* dos *Interamnienses* (ALARCÃO, 2003) onde os povoados comunitários do tipo aldeia parecem ter sido inexistentes.

coso)¹⁴. Todos estes parecem preencher os requisitos tipológicos para serem pelo menos classificados como *vici*¹⁵.

Assim perante este cenário, colocamos a questão: haverá a possibilidade de um destes quatro locais ter correspondido a algo mais do que um *vicus*? A resposta não poderá ser conclusiva face às inúmeras lacunas que o conhecimento histórico sobre a romanização nesta área ainda evidencia. Contudo, na nossa perspetiva e no estado atual dos conhecimentos, a ter existido uma capital na Bacia de Celorico a sua eventual localização podia corresponder à atual aldeia de Açores, no concelho de Celorico da Beira.

A passagem de uma via, romana, nas imediações, proveniente da provável sede dos *Lancienses Transcudani* e que daqui rumaria em direção à *civitas* dos Aravos, bem como a proximidade de um outro aglomerado romano do tipo *aldeia* (sensivelmente a 1 Km de distancia)¹⁶, mas também os cerca de 7 ha de área de dispersão de materiais arqueológicos, a sua centralidade na Bacia de Celorico e a distância que medeia este local dos outros aglomerados populacionais classificados como *vicus* (cerca de 9 a 10 km) parecem contribuir para uma eventual classificação deste local, a título de hipótese, como capital de *civitas*.

A reforçar a importância de Açores como um povoado urbano (*vicus* ou mesmo capital de “*civitas*”) identificámos recentemente uma inscrição inédita, dedicada a Júpiter que ajuda a corroborar a importância deste local em época romana. Além da dedicatória a Júpiter, testemunhando a adesão da população desta região ao deus supremo do panteão romano e à nova ordem imperial instituída, esta inscrição possui uma outra importante particularidade que resulta da referência *Pro Salute*. Para alguns investigadores, como Amílcar Guerra [2007: 197: 198], esta expressão surge normalmente associada a uma dedicatória imperial, facto que por si só podia até denunciar o carácter urbano ou semi-urbano de um local. No caso concreto da inscrição identificada na aldeia de Açores, a relação entre *Pro Salute* e a dedicatória imperial não se verificará. No caso presente, este altar, provavelmente, encontrar-se-ia exposto num local público (templo) de um povoado de carácter comunitário, cuja classificação tipológica definitiva permanecerá, para já, desconhecida, até à identificação de novos e esclarecedores vestígios arqueológicos.

Se este local poderá ter assumido alguma centralidade no período romano parece também ter conhecido alguma importância durante o período visigodo. Nas imediações da Igreja

14 Nesta conjugação de prováveis aglomerados secundários apenas referimos aqueles cuja classificação é proposta através da área de dispersão de materiais à superfície, pelo que excluimos desta nossa interpretação um outro possível *vicus* que poderá ter existido na área de Vale de Azares (Celorico da Beira), denominado *Aracelum*, tal como a proposta efetuada por Pedro Carvalho (2009a: 43) tendo em consideração o etnónimo *Aracelene* identificado na inscrição votiva existente na capela de Nossa Senhora dos Azares.

15 Todos estes locais possuem uma área de dispersão de materiais à superfície bastante extensa, para além de se localizarem nas imediações de vias de comunicação.

16 A proximidade entre dois aglomerados populacionais comunitários em época romana não corresponde a nenhum facto inédito na tipologia do povoamento romano na área da Beira Interior, já que na *Civitas Cobelcorum* se verificou a existência de uma situação análoga, neste caso entre a sede da capital dos Cobelcos e a aldeia romana de “Mouragos” também situada a cerca de 1 Km de distância (LOBÃO *et alii*, 2005, 179:180).

de Açores, onde agora foi identificada a inscrição romana dedicada a Júpiter, já no século XVI, aquando da reforma da Igreja, foi encontrada uma inscrição funerária de época visigótica. É possível que esta área em redor da igreja correspondesse já em época romana ao local central do aglomerado populacional, congregando no mesmo espaço várias funções (religiosa, política, económica, etc.), à semelhança do que se tem verificado noutros locais com importantes ocupações romanas. Também durante o período visigodo aparentemente a centralidade deste espaço ter-se-á mantido ainda que apenas com a identificação da sua funcionalidade religiosa (igreja e necrópole).

Segundo Catarina Tente (2009, 54:55), com base na inscrição da Igreja de Santa Maria de Açores e também no achado de duas moedas no sítio arqueológico do Tintinholo¹⁷, é plausível pensar na continuidade de elites visigóticas nesta área até ao século VII, admitindo-se, portanto, a continuidade de alguma importância administrativa neste espaço. Na verdade, o interesse deste local, sobretudo em termos religiosos, permaneceu durante séculos, pois, em época medieval e moderna, este local foi um importante centro de peregrinação regional [NETO, 2009:106].

Como já tivemos oportunidade de referir, a hipótese da presença de um aglomerado urbano de primeira ordem na Bacia de Celorico é apenas uma proposta de trabalho. Por este motivo, até à obtenção de novos dados sobre esta problemática, a investigação e percepção do povoamento romano nesta área terá de considerar também outras perspetivas de estudo. Com efeito, a interpretação destes sítios arqueológicos classificados como *vici* tem de ser vista à luz de outras conjeturas. A não existência de qualquer autonomia territorial na Bacia de Celorico leva-nos a retomar a proposta do território pertencer aos *Lancienses Transcudani* (Póvoa do Mileu/Guarda) face à sua maior proximidade territorial. Contudo, por sua vez, não é credível que este espaço pudesse comportar quatro *vici*, pois os dados publicados recentemente por Vítor Pereira [2010: 27-45] para a área de planalto a Nordeste, que em grande medida se pensa corresponder aos limites orientais desta *civitas*, apenas regista duas estações com esta classificação. Todavia, não significa isto que o território da Bacia de Celorico não pudesse pertencer na íntegra aos *Lancienses Transcudani* e que estes locais não correspondessem na realidade a “aglomerados urbanos secundários”. Simplesmente, o paradigma de classificação de *vicus* é que poderá necessitar de ser revisto. Neste contexto, as recentes propostas de Michel Tarpin [2002] sobre a temática dos *vici* poderá ter aplicabilidade na explicação do povoamento desta área. Com efeito, de acordo com a teoria deste autor, nem todo o aglomerado urbano secundário corresponderá a um *vicus* e nem todos os *vici* possuiriam uma feição urbana, sendo a classificação e fundação

17 A presença destas duas moedas no sítio arqueológico do Tintinholo parece demonstrar em primeiro lugar o estabelecimento de contactos com outras regiões mais longínquas e, em segundo, a presença deste tipo de numismas em ouro são vistos como um entesouramento provavelmente pertença e apenas acessível a elites, pois, face à progressiva ruralização do território e decadência do sistema económico após a queda do Império Romano, os impostos e trocas comerciais efetuam-se sobretudo através de troca directa (TENTE, 2009a : 55).

de um *vicus* uma decisão institucional ou provincial com o objetivo de apropriação e colonização de um determinado território. Deste modo, haveria “aglomerados populacionais institucionais”, criados diretamente pelo poder central e designados pelo termo oficial de *vici*, e os outros aglomerados populacionais constituídos por um aglomerado de casas formado espontaneamente pelas populações locais.

Segundo esta perspetiva, não haverá aparentemente uma relação direta entre a dimensão e o desenvolvimento de cada um destes aglomerados secundários e o seu estatuto oficial. Contudo, parece aceitável pensar-se que um povoado oficial (*vicus*) à partida fosse mais atrativo para a fixação de população que um seu congénere sem este estatuto, pelo facto de naqueles locais existirem algumas funcionalidades administrativas e religiosas que só existiriam na capital.

Neste sentido, na Bacia de Celorico, perante os vestígios arqueológicos conhecidos, talvez o lugar de Açores pudesse ser o único local a obter verdadeiramente a classificação de *vicus*, face aos fatores atrás referidos. Contudo, é igualmente plausível aceitar a presença de um outro aglomerado secundário oficial na estação arqueológica dos Vilares, também face ao seu provável “carácter fronteiriço”. Poderiam assim assumir (e repartir) as funções de lugares centrais desta região. Relativamente aos locais de Aldeia Nova e S. Gens, talvez estes correspondessem a aglomerados secundários, mas sem carácter oficial, facto que não terá inviabilizado algum crescimento urbano e desenvolvimento económico, tendo em conta a sua excelente localização nas proximidades de uma via de comunicação¹⁸ e a sua implantação junto a terrenos agrícolas nas margens do rio Mondego.

Na base dos aglomerados comunitários encontram-se, os “aglomerados terciários”, a que pertencem os *castella* (ou povoados fortificados de altura) e as *aldeias* ou povoados abertos. No território da Bacia de Celorico encontram-se documentados vestígios arqueológicos que parecem também corresponder a estes dois tipos de aglomerados. Relativamente aos *castella*, a estação arqueológica do Tintinho será o exemplo mais paradigmático deste tipo de habitat. Trata-se de um povoado de altura sobranceiro ao Vale do Mondego, cuja ocupação humana remontará à II Idade do Ferro, tendo sido posteriormente romanizado. Aparentemente e face aos vestígios arqueológicos recolhidos durante as escavações arqueológicas realizadas neste local, este povoado parece ter continuado a ser ocupado entre o Alto-Império e o Baixo-Império ainda que, face aos resultados de recentes escavações realizadas no local, se questione agora se em época romana tenha sido um povoado ou apenas tenha conhecido uma ocupação pontual¹⁹.

Igualmente sobranceiro ao Vale do Mondego encontra-se o povoado da Pedra Aguda

18 A sua proximidade com uma via de comunicação deixa supor que estes dois locais pudessem também integrar no seu perímetro “urbano” uma *mansione* ou *mutatio*.

19 Vitor Pereira (2010: 30) refere que este local de fundação proto-histórica terá perdido paulatinamente importância em detrimento do povoado da Aldeia Nova, localizado na margem esquerda do rio Mondego, onde o potencial agrícola e as melhores condições de habitabilidade terão contribuído para o despovoamento deste povoado de altura.

(Rapa), cuja fundação remontará à Idade do Bronze. Apesar de a presença romana no local não ser uma evidência clara, este habitat encontra-se referenciado por alguns autores [SANTOS ROCHA: 1906 e PEREIRA: 2003] como possuindo uma ocupação deste período. Outro *castellum* poderá ter existido no monte onde se fixou a povoação de Celorico da Beira, pois no local onde foi fundado o castelo medieval, encontra-se uma inscrição rupestre de época romana. Embora as escavações arqueológicas realizadas no interior do castelo não tenham revelado quaisquer vestígios de ocupação humana anteriores aos séculos XI/XII, o desconhecimento do subsolo nas áreas envolventes ao castelo, não nos permite refutar a hipótese de neste local ter existido um habitat de época romana, como sugere Pedro Carvalho [2009a: 39].

Aldeias

3.2 Núcleos rurais

Na Bacia de Celorico também se terão formado *aldeias*. Este tipo de povoado, contudo, parece ter assumido duas formas distintas de implantação, isto é, no caso das estações arqueológicas de Olival do Clergo (Aldeia Rica, Açores – Celorico da Beira) e Quinta dos Corgos (Freches/Trancoso), possuiriam um povoamento concentrado com as habitações a localizarem-se próximas umas das outras. Já os sítios arqueológicos da Mata do Peramigo, Lameiras, Quinta das Lameiras, Quinta de São Domingos (Minhocal/Celorico da Beira) organizariam também, em conjunto, um aglomerado populacional do tipo aldeia, mas formada por casas dispersas ou afastadas umas das outras dezenas de metros. A proximidade geográfica que os distância deixa supor a existência de relações comunitárias entre estes núcleos dispersos.

Tendo em conta os resultados da prospeção arqueológica, o povoamento romano na Bacia de Celorico baseou-se, sobretudo, em pequenas explorações agrícolas e pecuárias de cariz unifamiliar, dispersas pelos campos.

Entre todos os habitats romanos o “casal” foi o mais representativo, com 22 sítios, correspondendo a 50% do total dos núcleos rurais dispersos identificados. Esta predominância do “casal” em detrimento das “quintas” e “*villae*” é análoga a outras áreas. Pedro Carvalho, para a área da Cova da Beira [2007a: 399], identificou 72 “casais”, o que corresponde a 28,9% dos núcleos rurais identificados²⁰.

Relativamente à Bacia de Celorico, os *tuguria* apenas representam 25% dos sítios identificados, correspondendo a 11 estações inventariadas. O reduzido número de estações deste tipo, quando comparado, por exemplo, com a região da Cova da Beira, poderá

20 Este número é apenas superado pelos *tuguria* ou “pequenos sítios”, que, na região da Cova da Beira, representam 46,6% do total de estações inventariadas. Contudo, temos de considerar que estes “pequenos sítios” não seriam estruturas habitadas ou, pelo menos, não seria essa a sua principal função, correspondendo antes a construções de apoio aos “casais”, “quintas” e “*villae*”.

explicar-se talvez pela falta de prospeções sistemáticas na nossa área de estudo, pois, quando foi praticável efetuar batidas de campo mais sistemáticas em torno de alguns núcleos rurais de maior dimensão, foi possível identificar alguns desses “pequenos sítios”, os quais se encontrariam na dependência funcional dessas estruturas habitacionais. No caso concreto da Bacia de Celorico destacamos, a título de exemplo, os pequenos sítios da Abelheira e Vila Longa, distanciados entre si por cerca de 200 m e que estariam na dependência da *granja* da Quinta da Armada podendo assim funcionar como anexos de apoio às atividades agropecuárias da granja. A implantação topográfica destes pequenos sítios deixa supor a existência de funções distintas. No caso do sítio da Abelheira, a sua localização a meia encosta deixa supor que a pastorícia e o aproveitamento florestal dos recursos florestais (ex. recolha e armazenamento de madeira) seriam, provavelmente, as principais atividades desempenhadas nesta construção. Já o sítio da Vila Longa, face à sua proximidade quer com a Ribeira das Seixas, quer com bons terrenos agrícolas, é provável que tenha servido de apoio à atividade agrícola praticada na *granja* da Quinta da Armada. Quanto à “cultura material” que os *tuguria* apresentam à superfície do solo, caracteriza-se por ser bastante reduzida, resumindo-se, na grande maioria dos sítios identificados, a escassos materiais de construção (*tegulae* e *imbrices*) que se dispersam por uma área relativamente restrita. Assim, a dificuldade de identificação deste tipo de assentamento romano residirá não só na falta de um trabalho de prospeção sistemático que possibilite cartografar um maior número de sítios, mas também na possibilidade de muitas destas estruturas serem construídas com recurso a materiais perecíveis, como a madeira e o colmo. Ao nível das áreas de dispersão de materiais, os *tuguria*, na Bacia de Celorico, apresentam valores que variam entre os 50 m², no sítio da Abelheira, e os 400 m², no sítio das Torres I²¹. No entanto, convém lembrar que esta variação métrica é sempre o resultado da visibilidade dos terrenos no momento da prospeção arqueológica, e também dos processos pós-deposicionais naturais ou antrópicos a que as estações arqueológicas, de forma variável, estiveram sujeitas ao longo do tempo.

Os “casais” corresponderiam a modestos habitats de uma família nuclear, onde os pormenores arquitetónicos seriam reduzidos ou nulos e onde a “cultura material” identificada à superfície, na maioria dos casos, corresponde quase exclusivamente a cerâmica de construção e a cerâmica comum.

No caso dos “casais” da Bacia de Celorico, a variação métrica verificada intercala entre os 200 m², no sítio da Quinta da Machada, e os 3000 m², no sítio do Chão do Capitão-Mor. A classificação da Quinta da Machada pode levantar algumas dúvidas, pois existem alguns *tuguria* que possuem uma área de dispersão igual ou mesmo superior. No entanto, a

21 O *tugurium* das Torres I foge um pouco ao paradigma deste tipo de assentamento, quer pela sua dimensão, quer pelo tipo de materiais identificados à superfície, como sejam grandes fragmentos de escória e de tijolo. Porém, a sua classificação como *tugurium* poderá justificar-se pela proximidade da *villa* das Torres II, sítio do qual dista cerca de 100 a 150 m.

classificação deste sítio como “casal” fundamenta-se, na nossa perspetiva, pela existência de cerâmica comum e no facto de, aparentemente, a área de dispersão deste local se prolongar para uma área atualmente ocupada por um pinhal, no seio do qual a visibilidade é nula. Atendendo aos dados obtidos, a área média de dispersão dos casais na Bacia de Celorico situa-se entre os 1000 m² e os 1500 m² ²².

Os dados demonstram ainda que os *tuguria* e os “casais” representam 75% dos núcleos rurais romanos identificados na Bacia de Celorico. Relativamente ao seu posicionamento topográfico, estes assentamentos localizam-se sobretudo a meia encosta e próximos de pequenas linhas de água.

Tendo em consideração a realidade dos números, verificamos que a região da Bacia de Celorico, quando comparada novamente com outras regiões da Beira Interior, aproxima-se mais da realidade verificada na Cova da Beira, do que com a realidade observada em áreas confinantes, como a bacia do rio Côa, estudada por Manuel Sabino Perestrelo [2003]²³, e a região do Alto Côa estudada por Marcos Osório²⁴, onde os casais se encontram representados em menor número que as granjas ou as *villae*.

Na hierarquia dos núcleos rurais romanos seguem-se as “granjas” ou “quintas”, que na área da Bacia de Celorico se encontram representadas por cinco sítios arqueológicos, correspondendo a 11,4% do total dos núcleos romanos. A área de dispersão destes locais varia entre os 8.000 m² no sítio do Aral e Quinta do Piroco e os 10.000 m² no sítio da Quinta da Armada. Relativamente à cultura material é expectável identificar, à superfície, para além das cerâmicas de construção e comum, cerâmicas de importação, como sejam as *sigillatas hispânicas*, e ainda alguns elementos construtivos mais notáveis, como fustes, bases e capitéis de colunas toscanas (ex. Granja de S. Gens II).

Quanto à implantação topográfica destes núcleos, verificamos que se localizam, na maioria das vezes, em pequenas plataformas com boa visibilidade sobre o território circundante e próximo de linhas de água secundárias, como são as ribeiras.

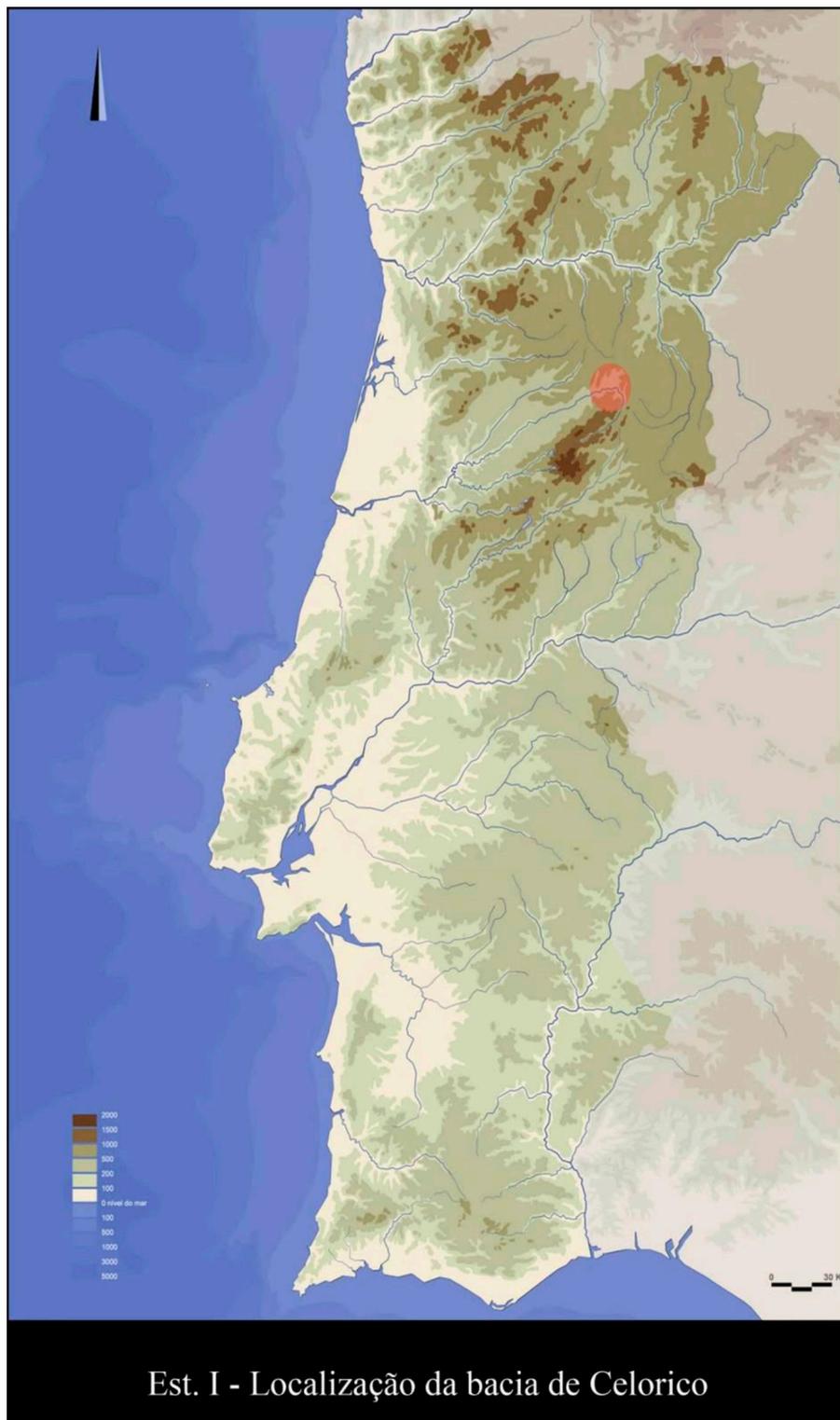
Na Bacia de Celorico finalmente identificámos seis *villae*, representando estas 13,6 % do total de núcleos rurais romanos. A dispersão média destes assentamentos ronda os 12.000 m², sendo que a *villa* com maior área de dispersão é a dos Olos, com 14.800m², seguida das *villae* da Fonte Arcada) e Trepa I, com 12 000m², e das *villae* do Vale de Igreja I e Tapada do Freixo, com 10.000m². Já a classificação do sítio das Torres II como *villa* foi efetuada com base nos materiais visíveis à superfície (silhares almofadados, fustes de coluna e pesos de lagar), pois o facto deste sítio arqueológico se encontrar sob a atual aldeia

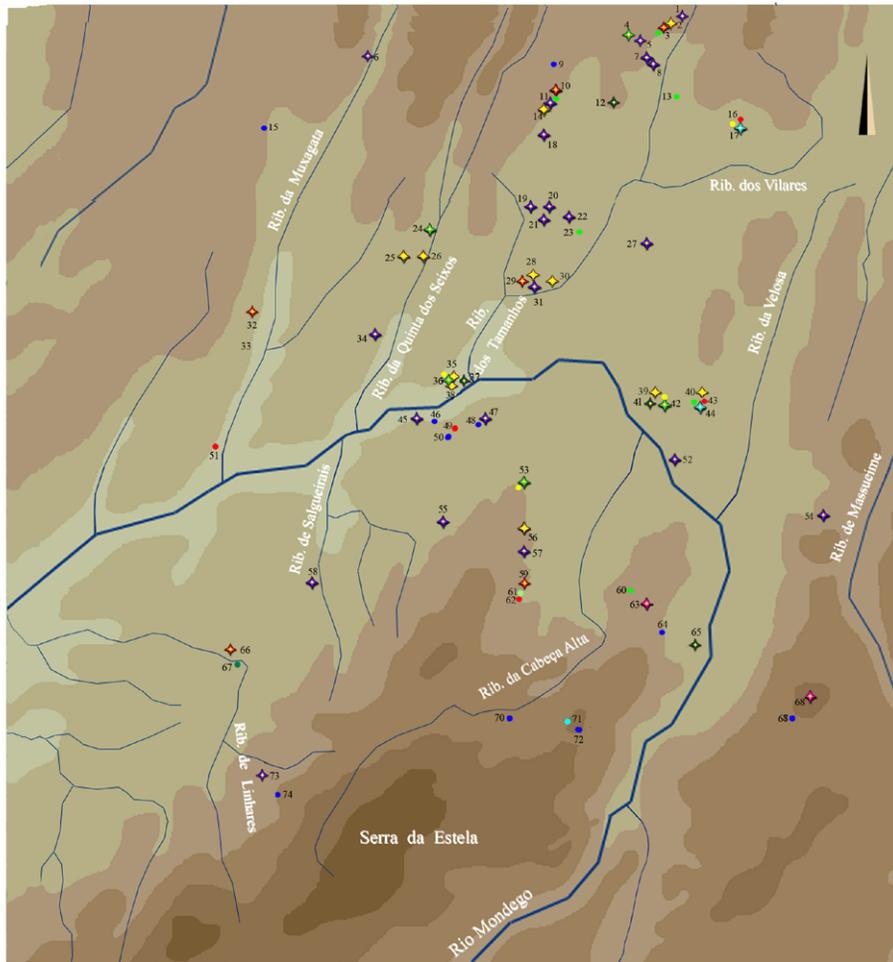
22 Também para a região da Cova da Beira, Pedro Carvalho concluiu que a área de dispersão dos casais se situa entre os 900m² e os 1500m², considerando os 900 m² como a área mais habitual (2007a:412). Marcos Osório, por sua vez, para a região do Alto Côa, verificou que 50% dos casais detetados possuem uma área de dispersão entre os 1000 m² e os 2000 m² (Osório, 2006: 109).

23 Manuel Sabino Perestrelo (2003 identificou 11 casais, 30 granjas e 11 *villae*).

24 Marcos Osório (2006) identificou 8 casais, 10 granjas e 12 *villae*.

das Torres inviabilizou qualquer hipótese de calcular a sua área de dispersão. Podemos ainda adiantar que não existem diferenças significativas entre a implantação das granjas e *villae* nesta área, sendo notória em ambas a importância dada à visibilidade do território envolvente, à presença de abundantes recursos hídricos e de terrenos com aptidão agrícola, que parecem constituir os critérios fundamentais para a instalação destes núcleos rurais na região em estudo. Assim, estes dois tipos de habitats romanos (*villae* e granjas), localizaram-se, sobretudo, em zonas de relevo suave ou moderado, ocupando cotas altimétricas semelhantes. A cota de 420 m da granja de S. Gens II e os 680 m de altitude da granja da Quinta da Palôa mostram o valor mínimo e máximo no grupo das granjas. Já para as *villae*, os 428 m na Tapada do Freixo III e os 650 m na *villa* das Torres II, mostram igualmente a amplitude de variação em termos de altimetria, mostrando de certa forma que a implantação destes habitats foi bastante semelhante na Bacia de Celorico.





BASE CARTOGRÁFICA: SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS DO EXÉRCITO

Localização dos vestígios de época romana na bacia de Celorico



◆ Villae ◆ Granja ◆ Casal ◆ Tugurium, Pequeno Sítio ◆ Vicus ◆ Aldeia ◆ Castella ● Inscrição ● Calçada
 ● Peso de lagar ● Lagar ● Miliário

1- Chão do Capitão-Môr; 2- Torres I; 3- Torres II; 4- Quinta da Palôa, 5- Quinta do Paço; 6- Quinta da Banda de Além; 7- Tapada da Fonte da Cal I; 8- Tapada da Fonte da Cal II; 9- Vale Longo; 10- Olos; 11- S. Clemente; 12- Quinta dos Côrgos; 13- Carniões; 14- Quinta Velha; 15- Sobral Pichorro; 16- Inscrição Vilares; 17- Vilares; 18- Quinta do Quadrado; 19- Mata do Peramigo; 20- São Domingos; 21- Lameiras; 22- Quinta das Lameiras; 23- Quinta dos Pinas; 24- Quinta da Armada; 25- Abelheiras; 26- Vila Longa; 27- Soito Negro; 28- Tapada do Freixo I; 29- Tapada do Freixo II; 30- Tapada do Freixo III; 31- Quinta do Seixal; 32- Trepia I; 33- Trepia II; 34- Barrocal do Olival; 35- S.Gens I; 36- S.Gens II; 37- S.Gens III; 38- S.Gens IV; 39- Quintal D. Maria; 40- Forca; 41- Olival do Clergo; 42- Aral; 43- Inscrição Romana; 44- Açores; 45- Garcia; 46- Calçada Lavandeira; 47- Ribeira; 48- Calçada Chafariz Insoço; 49- Inscrição Castelo Celorico da Beira; 50- Calçada da Pinheira; 51- Muxagata; 52- Quinta da Machada; 53- Quinta do Piroco; 54- Sobral da Serra; 55- Ribeiro Pinheiro; 56- Quintã I, 57- Quintã II; 58- Quinta do Mouro; 59- Fonte Arcada; 60- Quinta do Monte Verão; 61- Quinta do Azar; 62- Inscrição Capela de Nossa Senhora de Azares; 63- Pedra Aguda; 64- Portela; 65- Aldeia Nova; 66- Vale da Ribeira I; 67- Vale da Ribeira II; 68- Tintinholo; 69- Calçada do Tintinholo; 70- Alminhas; 71- Vale de Estrada; 72- Calçada da Mizerela; 73- Quinta da Fidalga; 74- Calçada da Corredoura

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988 a) - *Roman Portugal*, vol II, fasc. I (Porto, Bragança & Viseu), Warminster, Aris & Philips.
- ALARCÃO, Jorge de (1988 b) - “Os Montes Hermínios e os Lusitanos”, *Homenagem a Orlando Ribeiro*, vol. 2, p. 41-47.
- ALARCÃO, Jorge de (1990) - “Portugal - Das origens à Romanização”, *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1998c) - “Três níveis de aglomerados romanos;” *O Arqueólogo Português*, série V, 16, p. 175-186.
- ALARCÃO, Jorge de (2003) - “A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romanas e romana”, *Conímbriga*, XLII, p. 5-116.
- CARVALHO, Pedro, SILVA, António J. M. (2004) - “À porta duma quinta do Alto Império: resultados preliminares do estudo intra-sítio do assentamento romano de “Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã)”, *Conímbriga*, XLIII, Coimbra, p.99-148.
- CARVALHO, Pedro C. (2005) - “Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, CEI / ARA, Guarda, p. 155-169.
- CARVALHO, Pedro (2007a) - *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)*, Coimbra, Câmara Municipal do Fundão/ Instituto de Arqueologia.
- CARVALHO, Pedro (2008) - *Por terras do Sabugal na época romana*, Coleção Arqueológica, Sabugal, Edição Pró-Raia/Município do Sabugal.
- CARVALHO, Pedro C., (2009a) - “Há 2000 Anos em Celorico da Beira, Entre as Encostas da Estrela e o Vale do Mondego ao Tempo dos Romanos”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.33-49.
- GUERRA, Amílcar (2007) - “Sobre o Território e a Sede dos Lancienses (Oppidani e Transcvdani) e outras questões conexas”, *Conímbriga*, XLVI, Coimbra, p.161-206.
- LOBÃO, João C., MARQUES, António C. e NEVES, Dário (2005) - “Povoamento romano na área da Torre de Almofala”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI / ARA, p. 171- 187.
- OSÓRIO, Marcos (2006) - “O Povoamento Romano no Alto Côa”, *Territoria* 1, Câmara Municipal da Guarda.
- PEREIRA, Vítor (2003) - “O Povoado Pedra Aguda (Subsídios para o seu conhecimento) ”, *Praça Velha*, vol. XIV, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p. 21-34.
- PEREIRA, Vítor (2006b) - *Terra Sigillata em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Regional, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (texto Policopiado).
- PEREIRA, Vítor (2010) - “O povoamento romano no concelho da Guarda”. *Iberografias*, n.º VI, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, p. 27-45.
- PERESTRELO, M. Sabino G. (2003) - *A romanização na bacia do Rio Côa*, Ministério da Cultura – Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- SANTOS ROCHA (1906) - “A necrópole da moirama, nas vizinhanças de Celorico” *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, 1 (3), p.101-102.
- TARPIN, Michel (2002) - *Vici et pagi dans l’Occident romain*, collection de l’École française de Rome, n° 299, Paris-Rome.
- TENTE, Catarina (2009a) - *Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X*, Tiempososcuros.

TENTE, Catarina (2009b) - “Dos “bárbaros” ao Reino de Portugal. O território de Celorico da Beira nos séculos V a XII”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.